

## A cartografia social do bairro de Pirajá: contribuição metodológica da geografia para a efetivação do planejamento urbano participativo na cidade de Salvador-BA

**Fádia Rebouças**  
geografar@gmail.com

**Catherine Prost**  
cprost@ufba.br

### Resumo

*A produção do espaço urbano é uma dimensão teórica complexa, cuja característica sugere uma aproximação em escalas geográficas menores, com o objetivo de apreender seus aspectos mais detalhados. Neste sentido, cartografar as experiências com os moradores do bairro de Pirajá significou espacializar ao mesmo tempo a materialização da lógica global capitalista e as subjetividades vividas no lugar, possibilitando enfatizar a voz dos principais agentes responsáveis pelas formas-conteúdo do bairro: seus moradores. Esta discussão está inserida em uma pesquisa mais ampla, de cujos campos surgiu a necessidade de ressaltar as noções de cartografia temática e de planejamento urbano participativo. Este trabalho traz a demonstração cartográfica e suas discussões acerca da problemática sobre a questão da moradia no bairro de Pirajá [habitação e habitabilidade], ações e agentes produtores do urbano, discussões acerca do planejamento participativo e da cartografia temática [social]. Conclui-se com as contribuições possíveis para a efetivação de um planejamento urbano participativo que os conhecimentos populares são capazes de trazer.*

**Palavras-chave:** Cartografia social. Planejamento Urbano Participativo. Bairro de Pirajá.

### INTRODUÇÃO

A motivação para a construção deste trabalho partiu dos resultados obtidos em trabalho de campo para pesquisa de Mestrado, junto ao Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal da Bahia, intitulada A Produção do

Espaço Urbano de Salvador-Ba: um estudo da ocupação residencial e condições de habitabilidade em Pirajá, sob responsabilidade da primeira autora deste artigo, trabalho iniciado no ano de 2008 [Rebouças, 2008]. A ideia de cartografar as experiências com moradores de Pirajá surgiu no âmbito da disciplina Cartografia Temática, sendo possível relacionar a pesquisa no bairro à Cartografia social e ao planejamento urbano.

A realização deste trabalho é justificada por quatro questões essenciais. A primeira pela escassez de mapeamento na escala aqui proposta para a cidade de Salvador, o que, em tese, dificulta o planejamento mais efetivo na escala do bairro. A segunda razão refere-se ao caráter subjetivo e ao conseqüente cunho social que a atividade demonstrou, que também é incomum nas representações cartográficas existentes de Salvador. A terceira está nas necessidades de intervenção que o bairro apresenta; a quarta, de certo a mais expressiva, por trazer os conhecimentos dos sujeitos agentes do/no seu lugar.

A aproximação com os moradores do bairro para a realização das oficinas, que inicialmente estava relacionada quase exclusivamente aos diagnósticos das condições de habitabilidade e da questão fundiária do lugar, nos levou a uma inquietação com o planejamento urbano, mais especificamente com a necessidade do mesmo ser participativo. Além disso nos fez questionar a concretude do planejamento participativo da cidade: de que maneira, efetivamente, está ocorrendo a participação dos sujeitos espaciais – moradores dos bairros da cidade – no planejamento do seu espaço? Outra questão relacionada ao planejamento urbano é a da escala, esta trazida de forma contundente por Souza (2008), por sua vez preocupado com “*os critérios de identificação de escalas de análise de situações e planejamento de intervenções*” (SOUZA, 2008, p. 103, grifo do autor). O autor censura a aceitação e uso acrítico das escalas local, regional, nacional e internacional por planejadores e pesquisadores da área como um senso comum acadêmico. Sua crítica está concentrada à vaguidade dos termos, além do conteúdo ideológico que seus usos podem esconder.

Quanto ao nível local, sua crítica está no sentido de que o mesmo pode esconder [e esconde] escalas geográficas menores que a divisão político-administrativa, aqui exatamente as escalas nas quais é possível a realização de um

planejamento participativo efetivo. Para tanto o autor propõe o seccionamento do nível ou escala local em três partes: a microlocal, a mesolocal e a macrolocal, apenas desta maneira é possível dar destaque a este nível tão importante para o planejamento urbano, de certo que sempre conectado às outras escalas.

**1 A) Escala (ou nível) microlocal.** Corresponde a recortes territoriais de tamanhos diversos (ou subníveis da escala microlocal), todos tendo em comum o fato de que se referem a espaços passíveis de serem experienciados intensa e diretamente no cotidiano [...]. Esses recortes são, em ordem crescente de tamanho, o *quarteirão*, o *subbairro*, o *bairro* e o *setor geográfico* [...] Os diversos subníveis da escala microlocal são de cristalina importância para o planejamento e a gestão, especialmente quando se deseja propiciar uma genuína participação popular direta; afinal é nessa escala que os indivíduos, em processos participativos, poderão constituir instâncias primárias de tomada de decisão (plenárias, assembléias, etc.), e é também nessa escala que eles poderão monitorar mais eficientemente a implementação de decisões que influenciam sua qualidade de vida no cotidiano (SOUZA, 2008, p. 106-107, grifos do autor).

Neste sentido, nosso interesse em cartografar as experiências de oficinas e diálogos com os moradores de Pirajá encontra-se na possibilidade de dar voz ao agente do espaço, aquele que produz o vivido. Entendemos que a única maneira de concretizar um planejamento participativo na cidade é fazendo com que seus habitantes atuem desde os primeiros passos da construção do plano, de certo apoiados nos auxílios técnico e científico. Quando o assunto é habitação e urbanização de áreas favelizadas a necessidade de participação torna-se ainda mais imperativa, uma vez que as ações interferem diretamente no cotidiano dos indivíduos. Mais de uma técnica subsidiou a elaboração dos mapas temáticos, uma vez que foram diversas as estratégias de aproximação com o bairro. O mesmo pode ser dito em relação aos recursos cartográficos, bem como da cartografia digital. Da cartografia sistemática nos valem basicamente das escalas gráficas e o sistema viário, uma vez que as *shapes* disponíveis possuem informações defasadas e não coincidem com os limites do bairro.

Pirajá é um bairro do Subúrbio Rodoviário de Salvador, situado entre a via BR-324 e o Subúrbio Ferroviário da cidade. Grande parte de sua área residencial está envolta de área verde, o Parque de Pirajá e o Parque São Bartolomeu, situados na Área de Proteção Ambiental (APA) do Cobre/São Bartolomeu. Para o trabalho de pesquisa em 2008, com os objetivos de localizar o bairro em Salvador, de uma primeira aproximação com o mesmo e de aquisição de dados quantitativos oficiais, foi utilizado o mapa de setores censitários, menor célula de divulgação de

informações quantitativas do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), a partir também desta delimitação foram iniciados os trabalhos cartográficos no bairro. As fotografias aéreas disponibilizadas pelos órgãos não estão atualizadas, sendo que as últimas ocupações apenas podem ser demonstradas [e o faremos posteriormente] através das imagens de satélite, o que justifica a escolha desta base para os mapeamentos.

O estudo de Pirajá nos remete a uma categoria importante no pensamento geográfico: o lugar. Válido ressaltar que o entendemos não apenas como a lógica global espacializada, mas também como o lugar do cotidiano, onde se sobrepõe o vivido, o espaço subjetivo. Esta forma de entender o lugar nos abriu caminhos para a compreensão da diversidade a qual nos levou a aproximação com os sujeitos espaciais, agentes produtores daquele espaço, que fazem de Pirajá um lugar particular no contexto da produção do espaço urbano periférico, na periferia do capitalismo mundial [a totalidade na totalidade]. A “articulação contraditória entre o mundial que se anuncia e a especificidade histórica do particular” (CARLOS, 1993, p. 303), o lugar espacializa o todo e o particulariza.

Destarte, conhecer e agir sobre Salvador supõe conhecer e agir sobre a totalidade de suas partes, ou, seus lugares. Partiremos agora para as discussões específicas de cartografar experiências com os moradores de Pirajá, no sentido de espacializar o vivido.

## **CARTOGRAFANDO EXPERIÊNCIAS COM MORADORES DE PIRAJÁ**

Considerando a tríade que delimitamos como problemática principal do bairro estudado: questão fundiária/habitação/habitabilidade, partimos para o campo além da observação. Sobre os trabalhos de campo que subsidiaram a realização deste trabalho dois pontos merecem ser destacados a priori: o primeiro é que os mesmos se referem a uma continuação do trabalho realizado anteriormente, Rebouças (2008), que teve prosseguimento desde então. Desta maneira, serão citadas informações de datações distintas, mas com conteúdos complementares. O segundo

ponto refere-se a não possibilidade de caminhar em todas as ruas do bairro sem a presença de moradores locais, devido à violência que é proeminente.

O trabalho de campo contou, além da observação intensiva, diálogos e entrevistas, com a realização de oficinas, que tiveram como objetivos principais delimitar o bairro, identificar e espacializar seus problemas e promover uma maior aproximação pesquisador/pesquisado. Nas entrevistas [semi-estruturadas] foram abordadas principalmente questões pessoais de relações com a moradia e com o bairro, ressaltando os aspectos positivos e negativos em sua casa e no bairro como um todo. Nos limitaremos com os resultados do campo devido às restrições físicas do presente trabalho, assim como suas abordagens, que envolvem também uma grande problemática com a regularização fundiária da área.

O primeiro impulso a cartografar as experiências com os moradores de Pirajá se deu a partir da observação das reações de estranheza que a maioria teve com a aproximação de uma representação espacial do seu bairro, desde as pesquisas em 2008. O segundo impulso nos foi dado pela escassez de mapeamento na escala do bairro – em Salvador – associada à manipulação/retenção de informações constantes nos discursos que acompanham os mapas disponíveis, destacando os do Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano e os trabalhos a ele associados. Embora o Estatuto das Cidades já exija a construção participativa desse documento, um olhar não muito atento já denuncia o não cumprimento desta diretriz<sup>1</sup>. Uma vez que o planejamento participativo está longe de ser efetivado, não é possível escutar as vozes dos agentes locais nos mapas [do e no] PDDU de Salvador. Um exemplo desta afirmação pode ser encontrado no mapa das Zonas Especiais de Interesse Social de Salvador.

No mapa das ZEIS a área correspondente ao bairro de Pirajá não está contemplada, entretanto, na legenda do mapa, a Zona 115 possui o nome de Pirajá. Sendo que o Plano Municipal de Habitação de Salvador (SALVADOR, 2008b) – baseado nos resultados do PDDU – tem um horizonte temporal de 2008 a 2025, o bairro estará fora das políticas públicas habitacionais do município [?]. O que levou a esta denominação errônea não está explicado, mas fica clara a maneira com a qual

---

<sup>1</sup> Foi possível constatar em nove municípios da Bahia a não efetividade da construção participativa dos PDDU's através do Projeto da Rede Nacional de Avaliação e Capacitação para Implementação dos Planos Diretores Participativos, a exemplo de Baltrusis e Rebouças (2009).

foi realizada a atividade de mapeamento e delimitação das áreas necessitadas de ações em curto prazo: sem a participação popular, eis uma excelente justificativa empírica para a realização da atividade de cartografar experiências com os moradores de Pirajá, dando voz aos agentes locais, e principalmente numa tentativa de instrumentalização dos mesmos.

A aproximação com os moradores de Pirajá nos forneceu ferramentas e argumentos para refletir e discordar de Crampton e Krygier (2008) quando afirmam, logo no início de seu escrito, que “a cartografia tem escapado ao controle das poderosas elites que exerceram a dominação sobre ela por várias centenas de anos [...] A capacidade de produzir mapas, até mesmo um mapa 3D interativo, está hoje disponível para qualquer um que tenha um computador pessoal e uma conexão de internet.” (CRAMPTON E KRYGIER, 2008, p. 85). Os autores admitem a existência da fronteira digital, a disparidade com a qual o acesso à tecnologia é possível entre as diversas classes sociais. Porém, podemos afirmar sem erro que ainda para os que têm acesso à tecnologia – com computadores e acesso à internet – o seu uso não é otimizado. A estranheza/curiosidade geral que foram demonstradas diante de imagens de satélite e fotografias aéreas nos foi prova concreta, uma vez que a Associação possui computador com acesso à internet e membros de todas as idades (jovens, adultos e idosos).

Reconhecemos, indubitavelmente, a disseminação da cartografia, ou poderíamos chamar de acesso a espacializações. Todavia, reconhecemos ainda mais as novas formas de dominação exercidas pelas elites, que cada vez mais lançam mão de sutilidades. Vale lembrar que estamos tratando de um bairro da metrópole baiana, caso se tratasse de cidades pequenas ou da zona rural não seria possível verificar o grau de relação dos moradores com a tecnologia, uma vez que nesses lugares as imagens de satélite não são nítidas/detalhadas na escala local. Talvez se trate de uma inadequação empiria/teoria, por estarmos trabalhando aqui com um lugar no contexto da produção capitalista do espaço urbano periférico, na periferia do capitalismo mundial, diferente das realidades de Crampton e Krygier, entretanto, entendemos que as discussões são válidas.

### **Cartografando riquezas**

A principal contrapartida que tentamos levar aos moradores de Pirajá durante as oficinas foi a noção de planejamento participativo e as maneiras com as quais eles podem utilizar de seus próprios conhecimentos para se inserir enquanto agentes locais no planejamento urbano de sua cidade. A instrumentalização desses agentes é uma ferramenta de suma importância para concretizar uma participação efetiva no planejamento urbano. Não nos basta cartografar e publicar os conhecimentos dos agentes locais, pois tais informações poderão também ser utilizadas pelo Estado ou outros agentes hegemônicos como conhecimento estratégico do espaço, nos interessa mostrar os caminhos para a utilização e a importância desses conhecimentos mapeados.

Partiremos agora para o detalhamento das atividades que subsidiaram a confecção dos mapas. Todas as representações estarão acompanhadas de interpretações, comentários, questionamentos... por entendermos que o “mapa que fala por si mesmo, o mapa puro e acabado para ser lido, não existe [...]”. O mapa enquanto representação espacial é indissociável do discurso do seu produtor” (JOLIVEAU, 2008, p. 49). Além disso, baseados em Lacoste (1988), correlacionaremos sempre mais de um elemento temporo-espacial na interpretação, para alcançar uma análise geográfica do fenômeno mapeado.

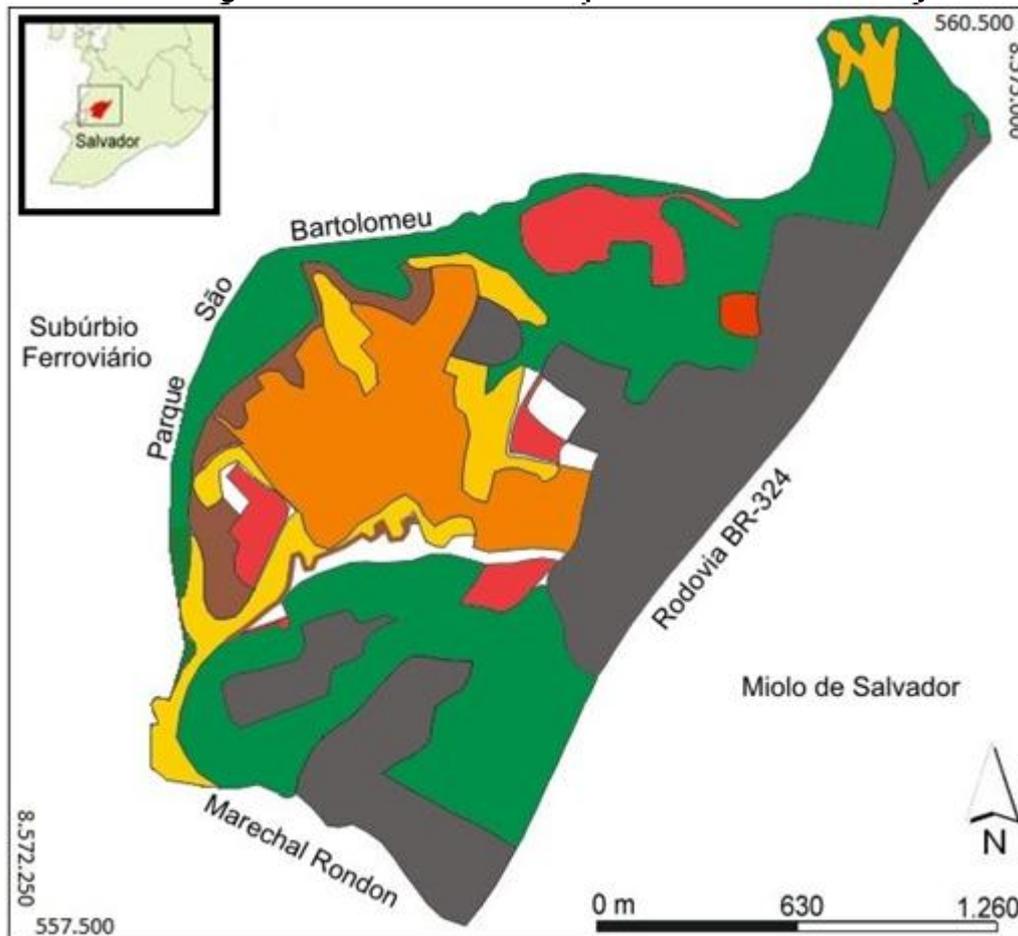
O primeiro mapa (Figura 1) a ser demonstrado foi resultado direto das informações extraídas dos diálogos realizados em 2008 e do que foi possível caminhar no bairro [sós e acompanhados de moradores]; sua elaboração foi feita durante o ano de 2009 [sendo reelaborado em 2010, para inserção de novas áreas]. O tema foi colocado sobre a malha viária de Salvador, baseado inicialmente na delimitação por setor censitário, de onde foi possível retirar a escala cartográfica. O mapa de curvas de nível de Salvador também foi importante para a construção do mapa de uso, uma vez que em uma só via a depender da inclinação podem ser encontradas mais de uma forma de ocupação. No mapa de uso do solo e sua análise estão correlacionados os processos que desencadearam as ocupações e os agentes espaciais que tiveram mais força no período do início da ocupação e nos dias atuais. A diversidade de processos de ocupação que nos foi apresentada pelos moradores suscitou a sintetização das informações.

Por ser um bairro distante das áreas centrais o preço do solo é baixo, o que atrai a presença de várias empresas [notadamente de transporte coletivo] e fábricas, que ocupam grandes terrenos. Outro fator que contribui para as ocupações empresarial e fabril é a proximidade da rodovia BR-324, que facilita o escoamento e acesso. O pertencimento ou não desta área ao bairro de Pirajá era um questionamento que foi solucionado a partir das oficinas e diálogos em 2010. No geral os moradores não remetem às empresas ao tratar do bairro, o que pode ser explicado pela falta de relação com a maioria [principalmente no referente à geração de empregos, neste sentido apenas algumas foram citadas]. Quando questionados, porém, eles confirmam a presença da área industrial e de empresas identificando as mesmas como pertencentes ao bairro, inclusive com reclamações de poluição [fábrica de vidros] e falta de relação com o bairro. Além desse uso, ainda é marcante a presença de área verde no bairro, que está completamente inserido na Área de Proteção Ambiental do Cobre [Parque de Pirajá]. Sobre a ocupação residencial, a partir dos diálogos com os moradores e análises das fotografias aéreas das décadas de 1950, 1970 e 2000, além de imagens de satélites de 2006 e 2008, dividimos em ocupações recentes aquelas que ocorreram pós os anos 2000, sendo que os aglomerados representativos mais antigos datam das décadas de 1950 e 1960. A atuação da União Fabril se deu após as primeiras invasões, a empresa loteou ilegalmente [por não seguir padrões urbanísticos] as áreas menos íngremes do bairro e montou um escritório no local. A carta de curvas de níveis de Salvador foi importante para esta análise, cuja proximidade das curvas em Pirajá denuncia as grandes inclinações que configuram a área do bairro, o relevo é elemento importante da heterogeneidade da ocupação.

Ainda que [e também por isso] a maioria do bairro tenha sido erguida através da autoconstrução, as formas evidenciam o tempo da construção, assim como é possível diferenciar os moradores por nível de rendimento. O que denominamos bairro consolidado foi originado de processos mais remotos: as ocupações informais e o loteamento da área; estes processos tiveram força principalmente nos anos de 1970 e 1980. Como agentes do espaço percebemos a atuação dos sujeitos sociais [e será assim constantemente] e da União Fabril, anos em que a empresa mantinha o escritório no local e arrendou muitos terrenos aos moradores, a partir de uma

espécie de contrato que permitia o uso do solo mediante pagamento anual de aluguel. Nas primeiras ocupações e ação da empresa não havia água encanada, esgotamento sanitário e todas as vias não eram calçadas. Serviços de saúde, educacionais e de transportes também eram inexistentes.

Figura 1 – Predominância de tipo de uso do solo em Pirajá



- Área com predominância de uso empresarial e industrial
- Área verde
- Bairro consolidado, predominância de parcelamento informal
- Bairro consolidado, predominância de ocupações informais anteriores ao ano 2000
- Predominância de ocupações informais consolidadas a partir do ano 2000
- Conjuntos habitacionais
- Área desmatada com pouca ou nenhuma construção

Fonte: Elaborado pela autora baseado em informações coletadas em campo sobre as bases cartográficas das shapex viária e de setores censitários

Em entrevista no ano de 2008 o gerente da empresa – funcionário há mais de 40 anos – nos informou de doações de terras para melhorias urbanas e tais serviços, como num ato de bondade da empresa: “a Companhia já no seu desenvolvimento fez doações à Prefeitura, Governo do Estado, escolas, cemitérios, entendeu? Centros de saúde, o próprio Centro de Saúde de Pirajá” (REBOUÇAS, 2008, p. 98). Na entrevista é citada doação inclusive para abertura de vias, o que faz parte da infraestrutura básica para abertura de loteamentos. Nota-se inicialmente como ação do Estado a permissão da abertura dos lotes sem uma infraestrutura mínima e, nos anos posteriores, a legitimação da ação da empresa, através da oferta de serviços urbanos e infraestrutura em quantidade e qualidade que não atendem à demanda, permanecendo assim com o crescimento da população. Segundo Chinelli (1981), todos os agentes envolvidos têm consciência do problema social que será causado após a construção das casas – loteador, locatário/comprador e Estado –; cada um ‘assumindo seu papel’ na lógica da produção capitalista do espaço. Os problemas sociais que com o tempo se agravam fazem com que a população, mais tarde, una-se para pressionar o Estado, talvez explique a presença de 16 Associações de Moradores no bairro de Pirajá.

No espaço as formas-conteúdo provenientes dos processos de loteamento e ocupações informais antigas caracterizam-se por residências de bloco de cerâmica e cimento e laje batida. Os acabamentos variam com as localizações: na área central [apenas a via principal, Rua 8 de Novembro] as casas possuem melhores acabamentos, com reboco por dentro e por fora, pisos e aparência de finalização, além disso os lotes são maiores. A presença de dois andares [casa sobre outra] é marcante na via principal. Nas áreas mais periféricas [já incluindo as transversais da via principal] as residências possuem aspecto de inacabamento – o que também pode denunciar o prolongamento da construção –, as paredes são de bloco e cimento, porém com reboco inacabado [geralmente apenas na parede frontal e lateral mais exposta], existem muitas lajes batidas, embora a presença de telhas também seja constante. Os lotes são mais estreitos nessas áreas, além da maioria se situar em áreas mais íngremes. Muitas vias não possuem qualquer tipo de calçamento. As fotos das figuras 2 e 3 são exemplos.

**Figura 2 – Rua 8 de Novembro**

Fonte: trabalho de campo, 2010.

**Figura 3 – Loteamento Gessina de Brito**

Fonte: trabalho de campo, 2008.

As áreas muito íngremes e as ‘baixadas’ [nomenclatura utilizada pelos moradores] que formam vales encaixados não foram loteadas, eram como extensões da área verde, permeadas pelos lotes abertos e riachos que desaguavam nos rios do parque. Nestas áreas ocorreram/ocorrem as invasões mais recentes, são os vetores de expansão do bairro. É nessas áreas que estão situados os maiores problemas infraestruturais urbanos e de habitabilidade do bairro. Em oficina, como tentativa de expor a urbanização como um problema nesses lugares, a moradora falou de uma “[...] falta de organização, parece que tem uma casa em cima da outra, não tem um espaço [...]”. É válido ressaltar que estas características são também presentes nos lotes mais próximos da via principal, o que justifica trabalharmos sempre com predominância. Além disso, várias vias iniciam-se com divisão de lotes e foram abertas posteriormente com ocupações informais [em grandes inclinações], caracterizando-se atualmente pela maior e menor largura no início e meio/fim, respectivamente [aspecto marcante nas transversais à via principal]. As características estruturais das residências erguidas variam: nas áreas ocupadas há mais ou menos um ano existem barracos de madeira, plástico e palha. Meses após a ocupação são construídas as paredes com as colunas, na espera da laje. O inacabamento é aspecto marcante, comum no processo de autoconstrução.

Em vermelho estão os conjuntos habitacionais, o mais antigo, o Conjunto Pirajá I, atualmente possui paisagem diferenciada: existem as ocupações mais antigas das casas-embriões<sup>2</sup> entregues no início dos anos de 1980 pela URBIS e outras residências construídas posteriormente através da compra do terreno, hoje na

---

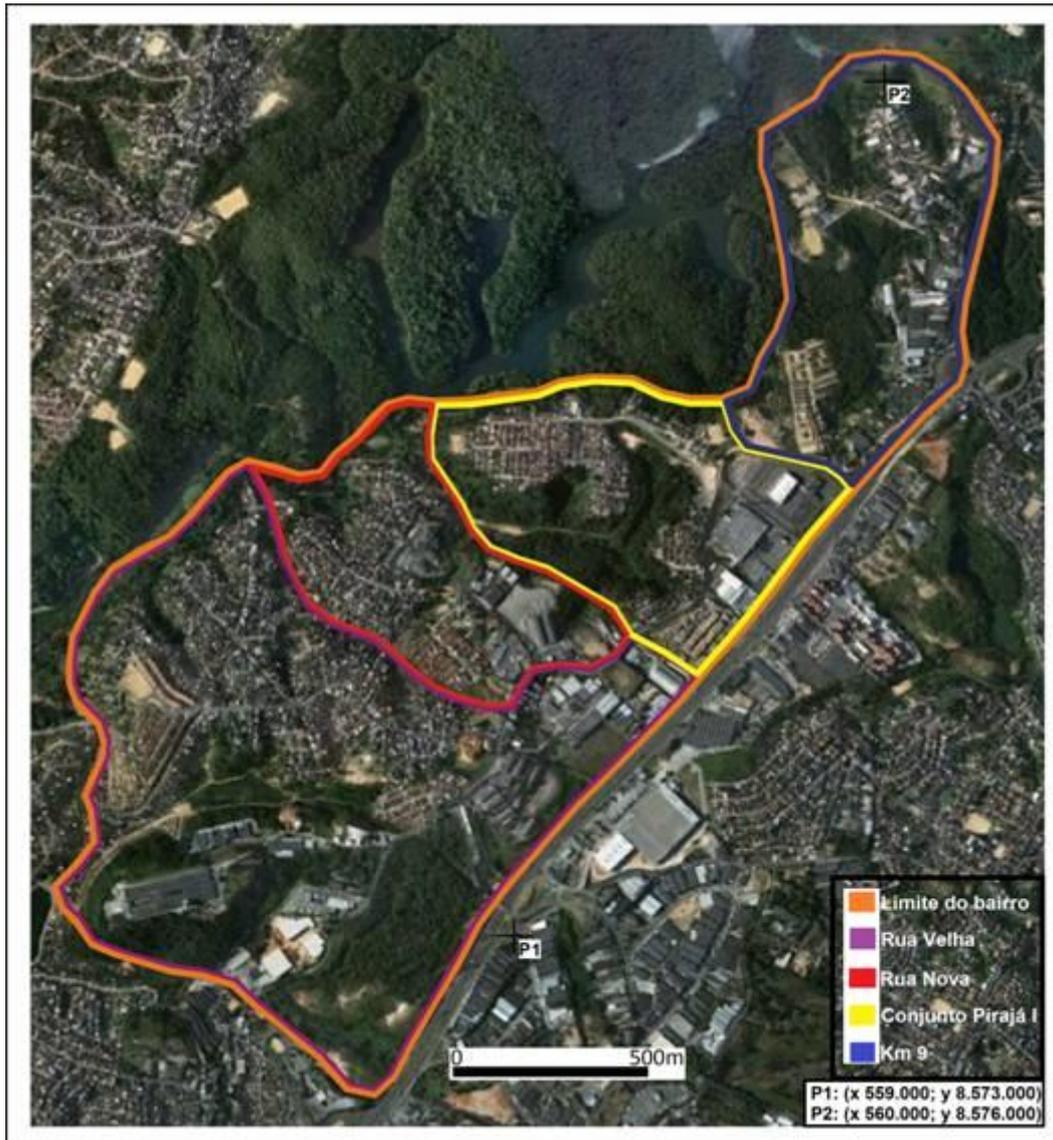
<sup>2</sup> As casas foram entregues aos moradores no modelo de casa-embrião, cujas finalizações e acabamentos eram de responsabilidade dos moradores, que geralmente faziam também ampliações.

CONDER, que foi encarregada das atribuições da URBIS após sua extinção. Os outros conjuntos habitacionais possuem aspectos mais modernos, dois são verticalizados.

São predominantemente as áreas do bairro consolidado e as áreas de ocupações informais recentes que a Companhia Progresso e União Fabril da Bahia afirma ter posse. Lembramos aqui do mapeamento enquanto estratégia de poder, entendemos também que “os produtores de mapas [...] [são] eticamente responsáveis pelos efeitos desses mapas” (HARLEY, 1990, *apud* CRAMPTON; CRYGIER, 2008, p. 90). A utilização do mapa de uso do solo poderá ser de interesse de todos os agentes envolvidos no processo. Pela própria empresa, o que dispensa explicações; pelo Estado, para ação direta na regularização fundiária e programas de urbanização [também para a política partidária, com promessas de melhorias] e, por fim, pela população através das associações para reivindicar junto ao Estado as ações competentes ao mesmo. Mais uma vez ressaltamos o nosso interesse de instrumentalizar a população, já que uma vez produzido o mapa pode ter múltiplos usos, e mais facilmente pelos agentes hegemônicos.

A figura 4 refere-se à delimitação do bairro e sua divisão entre as Ruas Velha e Nova, o Conjunto Pirajá I e o Km 9, constitui-se por três partes altas e suas inclinações, as baixadas [os fundos dos vales] são os limites entre as três áreas. O Km 9 é uma área alta e aplainada.

**Figura 4 – Delimitação do bairro de Pirajá com a divisão interna**



Fonte da base Imagem de Satélite Google Earth, 2008. Elaborado a partir de informaçoes do campo, 2010

Nas oficinas e diálogos nos quais foram feitas delimitaoes do bairro, inclusive nos mapas mentais, os moradores referem-se claramente às áreas residenciais e diferenciam o Conjunto Pirajá I, a Rua Velha e a Rua Nova. Além dessas as reuniões com o Grupo Pirajá Rumo ao 3o Milênio [composto por representantes de diversas associaoes do bairro] nos apresentaram uma nova área, o Km 9, identificada na delimitaao de bairros proposta pelo Projeto Caminho das águas em Salvador. Conhecidas as diferentes áreas do bairro, partiremos para a demonstraao das suas condioes de habitabilidade.

## Habitação e habitabilidade em Pirajá

O contato com o Grupo 3º Milênio nos facilitou a identificação dos moradores com menores rendimentos, uma vez que o trabalho da cooperativa de consumo do grupo iniciará com este público. Essas áreas foram mapeadas através das informações dos moradores e o auxílio de fotografias aéreas e imagens de satélite do bairro, as mesmas coincidem com os locais de habitações mais precárias. Uma vez que o objetivo do grupo é atingir todo o bairro, o exercício de mapear por faixa imaginária de rendimento [que se demonstra no espaço através das habitações erguidas] resultou no mapa de condições de habitabilidade de Pirajá (Figura 5). As informações acerca da infraestrutura, serviços urbanos e tipos de moradias que caracterizam cada área foram dadas pelos moradores [para as áreas que ainda não foi possível o acesso, uma vez que as mesmas coincidem com os locais de maiores índices de violência], alguns residem nos locais ou fazem trabalhos sociais.

Os dados também foram cruzados com os resultados das entrevistas realizadas em 2008, que conseguimos saturação das informações acerca dos problemas com um número mínimo de entrevistados. O recurso do mapa para a atividade foi essencial à conquista de resultados tão claros. Os moradores indicaram, além dos lugares com problemas de urbanização geral e residências deficitárias, aqueles que não possuem qualquer condição de moradia, com necessidade urgente de remoção, que também foram mapeadas. A escolha da base da imagem de satélite do Google Earth mais uma vez se deu pela datação da mesma: é mais recente que todas as fotografias aéreas disponíveis pelos órgãos públicos (anos 2002 e 2006). Para Pirajá este fator é relevante devido à vivacidade das ocupações mais recentes, em cujas fotografias aéreas não aparecem.

As informações acerca das condições de moradia foram cruzadas com os resultados das entrevistas realizadas em 2008, quando conseguimos saturação das informações acerca dos problemas com um número mínimo de entrevistados. Os moradores indicaram, além dos lugares com problemas gerais de urbanização e residências deficitárias [principalmente tamanho, tipo de material utilizado na construção, revestimento e topografia], aqueles que não possuem qualquer condição

de moradia, com necessidade urgente de remoção da população [situação de risco e/ou moradias totalmente inadequadas], que também foram mapeados.

Os critérios para definição das condições de habitabilidade foram definidos com diálogos que giravam em torno do que entendíamos por condições de habitabilidade e de que maneira poderia ser dividido o bairro. A pesquisadora expôs sua noção de habitabilidade – conceito que extrapola a materialidade, mas que a contém – e, baseada nas nomenclaturas utilizadas por Gordilho-Souza (2008), compartilhou com os moradores quatro padrões: bom, regular, precário e insuficiente. Os moradores foram convidados a discutir empiricamente o conceito de habitabilidade, o que além de fazermos com que se apropriassem do conceito, tentávamos extrair de suas falas mais elementos para o mesmo. Com os moradores cientes de que apenas eles poderiam definir as condições de habitabilidade do bairro, passamos às discussões de quais critérios seriam definidos para cada padrão e quais seriam os padrões, considerando a realidade do bairro.

Gordilho-Souza nos traz como “critérios para definição de padrão de habitabilidade na ocupação de áreas habitacionais em Salvador” a seguinte descrição:

**Bom** – Padrão do tipo formal, loteamentos registrados e licenciados na PMS, conforme normas urbanísticas em vigor, com os atributos definidos pela Lei Nº 6.766, de 19/12/1979 [que dispõe sobre o parcelamento do solo] e demais normas municipais em vigor para Salvador. Compreende, assim, áreas com infraestrutura adequada, unidades de lotes acima de 125,00 m<sup>2</sup>, existência de equipamentos coletivos de apoio, áreas públicas e verdes suficientes e em bom estado de conservação desses atributos. Para essas áreas, no geral, não há necessidade de intervenção para melhoria de condições de habitabilidade básicas.

**Regular** – Mesclagem das categorias bom e precário.

**Precário** – Parcelamentos com dimensionamentos fora das normas gerais em vigor na PMS e deficiência nos demais atributos urbanísticos exigidos pela legislação para Salvador. Predominância de lotes menores que 125,00 m<sup>2</sup> e igual ou maior que 64,00 m<sup>2</sup>, insuficiência de equipamentos coletivos de apoio, de infraestrutura, de áreas públicas e verdes, além de problemas de conservação dos atributos existentes e condições topográficas desfavoráveis na ocupação em geral. Detectou-se nas áreas classificadas nessa categoria, além do subdimensionamento no tamanho dos lotes, a necessidade de intervenções para melhorias em mais de um dos referidos atributos.

**Insuficiente** – Áreas ocupadas que não atendem às condições mínimas de habitabilidade. Predominância de lotes abaixo de 64,00 m<sup>2</sup> (mínimo exigido para parcelamentos de interesse social pelas normas urbanísticas em vigor em Salvador), situações em área de risco e/ou de ocupação em áreas de patrimônio histórico-ambiental, insuficiência de atributos de conforto e de

infraestrutura urbana, inexistência de equipamentos coletivos de apoio, de áreas livres e verdes. Em geral, demandam intervenções amplas, seja de remanejamento na ocupação, e/ou readequação do ambiente construído e/ou realocações para outra área (GORDILHO-SOUZA, 2008, p. 232, grifo da autora).

De maneira geral, fazia-se a leitura acompanhada de explicação do que se entendia formal e urbanisticamente para cada um dos quatro padrões acima e seguia-se com a pergunta: e para vocês, o que seria uma boa condição de habitabilidade? Normalmente associavam-se à forma questões subjetivas, como relações de vizinhança e a história do lugar. Empiricamente, fizeram parte das respostas também as melhorias do bairro, cuja maioria foi conquista direta ou indireta dos moradores. Além disso, nas relações subjetivas estava incluída a autoconstrução, que participa da relação de vivência dos moradores<sup>3</sup>. Após diálogo do que teriam como aspectos predominantes os espaços definidos por cada padrão [o que contém], simulávamos intervenções físicas [o que precisa e como fazer]; desta maneira foram definidos os critérios das condições de habitabilidade<sup>4</sup>.

Sendo um consenso entre os moradores a necessidade geral do bairro em relação à assistência urbanística e habitacional, definimos os padrões de habitabilidade da seguinte maneira: insuficiente, precário, precário a regular e regular; conforme pode ser observado na figura 3.14. Os critérios materiais – infraestrutura, serviços urbanos, topografia e moradias [tipos de material, acabamento, tempo de construção] – para a distinção das condições de habitabilidade definiram as categorias da seguinte maneira<sup>5</sup>:

1 – Condição insuficiente: esta condição de habitabilidade foi identificada pelos moradores para a maior parte do bairro. São áreas com residências construídas com

---

<sup>3</sup> As melhorias urbanísticas de responsabilidade do Estado e as realizadas pelos próprios moradores em suas residências e arredores fazem com que as pessoas se sintam muito melhores no lugar e percam um pouco a dimensão do que é o mínimo ou o básico. Isso nos auxiliou na compreensão do quanto complexa é uma noção de habitabilidade que considere informações subjetivas, mas para além disso, nos mostrou a sua importância.

<sup>4</sup> Sempre deixando claro para os moradores que, embora seja importante a definição de padrões para facilitar a intervenção pública no lugar, a habitabilidade sempre será muito subjetiva e dependerá da construção coletiva de relações espaciais. Por isso a importância dos ativismos, para que o bairro possa ser sentido de forma cada vez mais integrada; por isso também a complexidade/dificuldade na definição dos padrões.

<sup>5</sup> A regularidade dos imóveis não foi considerada um critério importante pelos moradores, uma vez que quase todo o bairro possui problemas fundiários. A associação dos critérios materiais mencionados às possíveis relações com o bairro que eles proporcionam aos seus moradores foi elementar para falarmos em habitabilidade: sujeitos/moradias/lugar.

materiais diversos, como madeira e papelão, mas também de bloco e cimento e sem acabamento. Construções erguidas em áreas muito íngremes ou alagadiças e, por vezes, em meio à mata do Parque São Bartolomeu. Quase inexitem vias com algum calçamento [em alguns lugares não existem vias, sim ‘becos’ – segundo os moradores – que seriam vielas, ou escadas abertas pelos próprios residentes], não há coleta de lixo ou saneamento. A maioria das residências situa-se muito distante dos serviços que o bairro oferece [basicamente concentrados na via principal]. Sendo assim, a infraestrutura e os serviços são quase totalmente inexistentes. Inseridas no padrão insuficiente existem também moradias com necessidade urgente de remoção. São áreas de ocupação informal, predominantemente não parceladas pela União Fabril (Figuras 3.14 e 3.15).

**Fotos 4 e 5 – Exemplos da condição insuficiente de habitabilidade**



Fonte: acervo de campo, 2008.

2 – Condição precária: as áreas com a condição precária de habitabilidade possuem residências com aspectos de transição entre a insuficiente e a regular, tendo sido construídas predominantemente através da autoconstrução, diferente da condição de habitabilidade a seguir. O acabamento dessas casas é geralmente mais concluído, devido ao tempo da construção. São predominantemente ocupações informais, com algumas áreas de parcelamento da União Fabril. As áreas são geralmente íngremes, embora menos que aquelas de condição insuficiente. A ocupação é mais densa, havendo pouco ou nenhum espaço entre uma residência e outra. As vias são estreitas e geralmente possuem algum tipo de calçamento, embora precário. A infraestrutura e os serviços são deficitários (Figuras 3.16 e 3.17).

**Fotos 6 e 7 – Exemplos da condição precária de habitabilidade**



Fonte: acervo de campo, 2008.



Fonte: acervo de campo, 2010.

3 – Condição precária a regular: são lugares onde prevalece a maioria das características da condição precária, no entanto com algumas melhorias, tais como de serviços urbanos, topografia e das próprias residências. A condição precária a regular surgiu com a dúvida de qual condição de habitabilidade caracterizariam as áreas hachuradas em azul no mapa, que se referem ao Conjunto Pirajá I, as residências construídas em 2007/2008 para remoção da população de áreas de risco e parte do Km 9 (Figuras 3.18 e 3.19).

**Fotos 8 e 9 – Exemplos da condição de habitabilidade precária a regular**



Fonte: acervo de campo, 2008.



Fonte: acervo de campo, 2010.

4 – Condição regular: como foi consenso entre os moradores que nenhuma área do bairro poderia ser considerada com uma condição boa ou excelente [no geral, todas necessitam de mais de uma intervenção pública básica], a condição regular foi indicada para as áreas do bairro melhor e mais provida de serviços e equipamentos urbanos, além de possuírem residências em fase de construção aparentemente concluída e com materiais adequados. As áreas com condição de habitabilidade regular encontram-se situadas nas mais adequadas condições topográficas. Todas as vias são asfaltadas. Possuem estas características a Rua 8 de Novembro [via

principal do bairro], os conjuntos habitacionais construídos após o ano 2000 [todos, exceto o Conjunto Pirajá I] e uma estreita faixa de moradias situada no Largo da Igreja e do Pantheon (Figuras 3.20 e 3.21).

**Fotos 10 e 11 – Exemplos da condição regular de habitabilidade**

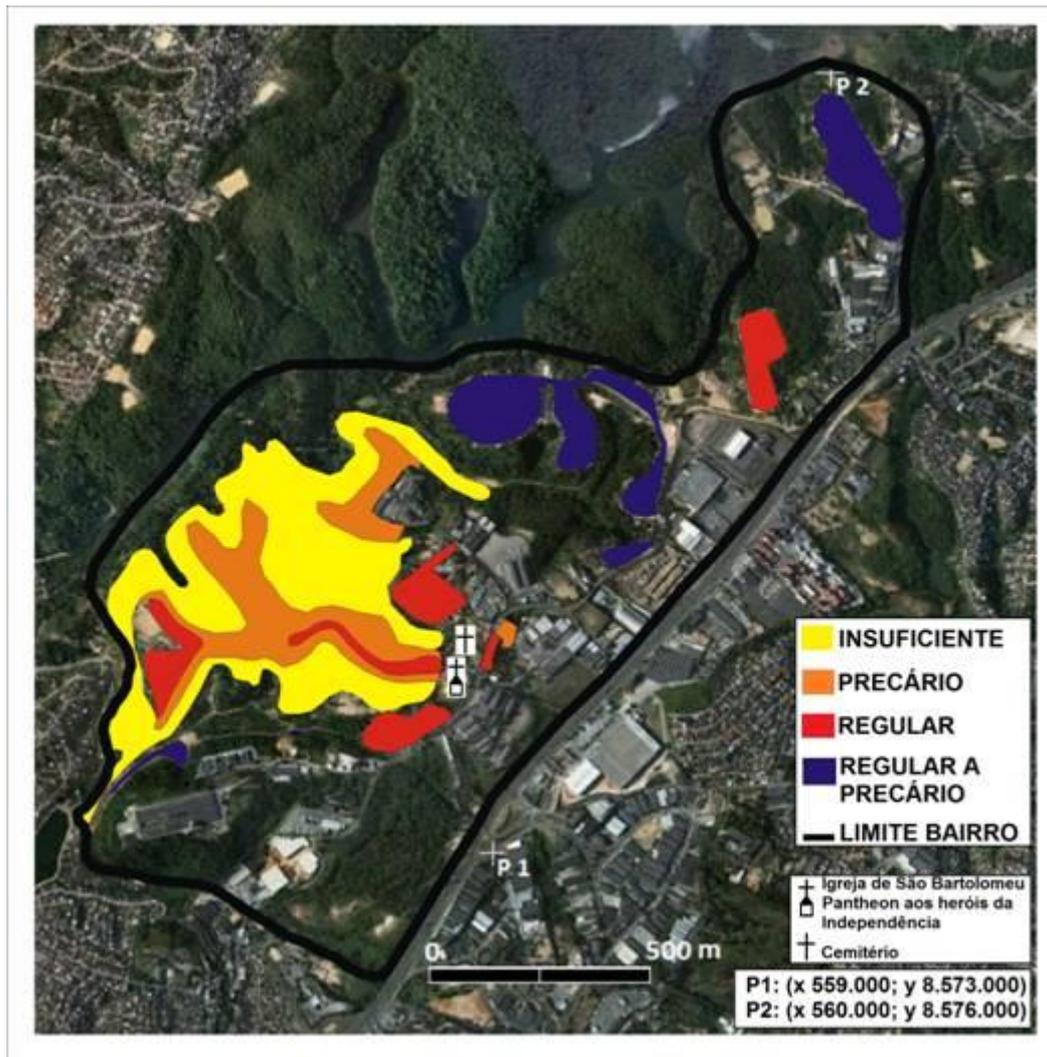


Fonte: acervo de campo, 2008.

Fonte: acervo de campo, 2010.

É válido ressaltar que, ainda que o bairro não possua a condição boa de habitabilidade, ouvimos em várias falas, inclusive durante as oficinas, que “a morada é boa” ou mesmo discursos de satisfação com a casa e com o bairro. Isso demonstra a complexidade que está intrínseca à noção de habitabilidade, a mesma faz com que, mesmo identificando problemas estruturais na casa e seu entorno, os moradores sintam-se bem em seus lugares de moradia. Aqui lembramos os escritos que afirmavam que as casas satisfaziam as necessidades ao mesmo tempo em que enumeravam várias mudanças que, caso possível, seriam feitas para melhorá-las estruturalmente. E voltamos mais uma vez à reflexão acerca da participação da autoconstrução na vida desses agentes. Houve discussões ligadas às dificuldades de manter boas relações com o lugar [o bairro] sem as condições básicas de moradia, ainda que as relações com os vizinhos auxiliassem positivamente: são as condições de moradia interferindo diretamente nas condições de habitabilidade.

**Figura 5 – Padrões de habitabilidade em Pirajá**



Fonte da base Imagem de Satélite Google Earth, 2008. Elaborado a partir de informações do campo, 2010.

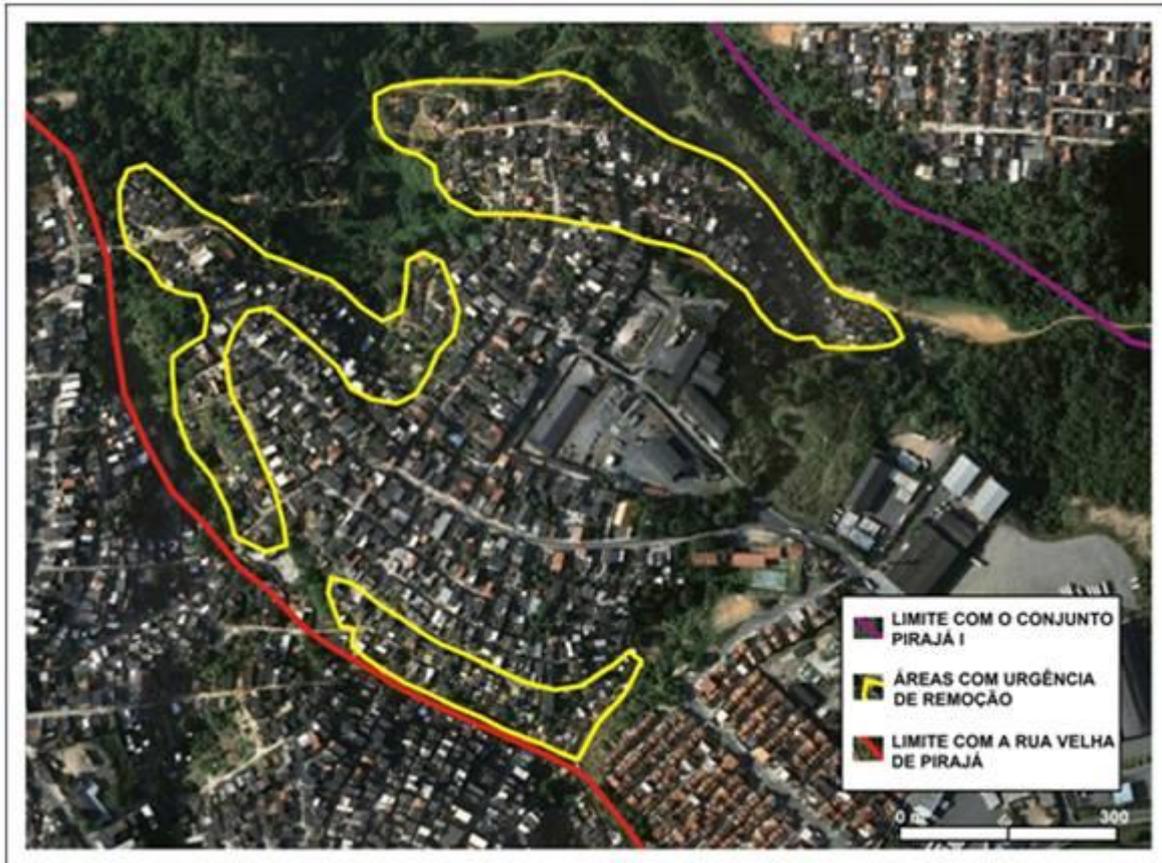
Nota-se uma prevalência das condições insuficientes de habitabilidade, que junto às condições precárias formam mais de 90% do espaço residencial do bairro. Notando insatisfação em relação à condição insuficiente de habitabilidade, foi colocada aos moradores integrantes do grupo 3º Milênio a seguinte situação: dessas áreas identificadas com padrão de habitabilidade muito abaixo do ideal, quais necessitam de remoção urgente dos moradores [condições subumanas]? Os resultados são as figuras 6 e 7, nas quais separamos as Ruas Velha e Nova para uma melhor visualização. Todas essas informações são precisas, pelo conhecimento demonstrado pelos moradores e consenso entre as opiniões. Desta maneira, ressaltamos que qualquer erro de representação é de responsabilidade das autoras.

**Figura 6 – Áreas com necessidade de remoção da população [Rua Velha]**



Fonte das bases: Imagem de Satélite Google Earth, 2008.  
Elaborado a partir de informações do campo, 2010.

**Figura 7 – Áreas com necessidade de remoção da população [Rua Nova]**



Fonte das bases: Imagem de Satélite Google Earth, 2008.  
Elaborado a partir de informações do campo, 2010.

Nossas contribuições cartográficas com os resultados de campo de 2010 finalizaram com a proposta da ZEIS efetivamente de Pirajá, que refere-se às áreas das ocupações informais e o loteamento, predominantemente a área cuja propriedade de terras legalmente pertence à União Fabril.

Nossos resultados na cartografia social do bairro de Pirajá indicam a necessidade e potencialidade de efetivação do planejamento urbano participativo. Atualmente, no bairro, estão sendo encaminhados dois projetos de intervenção urbanística sob responsabilidade do Governo do Estado da Bahia através da SEDUR/CONDER financiados pelos PAC's 1 e 2. Nossas pesquisas demonstram a não participação efetiva da população na construção desses projetos, comprovada pelo desconhecimento geral dos moradores em relação aos mesmos, assim como ações previstas que estão distantes das reais necessidades do lugar.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Qualquer tentativa de tornar esta seção de natureza conclusiva nos conduzirá ao erro. Embora muitas discussões e constatações fotográficas não possam ser expostas devido ao limite colocado, entendemos que foi possível demonstrar a dimensão da problemática espacial que envolve Pirajá e as possibilidades que um planejamento efetivamente participativo é capaz de levar ao bairro. Alcançar o nível de detalhamento cartográfico e de informações demonstradas apenas foi possível devido à escala escolhida, essencial para garantir um planejamento mais eficaz na perspectiva de melhorar as condições de moradia e habitabilidade dos sujeitos sociais.

O trabalho de campo demonstrou a necessidade de ação de um Estado social, um Estado que garanta o direito à cidade. Salvador não é diferente da maioria das metrópoles e cidades grandes brasileiras, cujas periferias crescem à margem de uma política social efetiva. Para Salvador, e entendemos que para a efetivação de um planejamento urbano participativo em qualquer município, a criação de comitês de bairros compostos por técnicos e cientistas de diversas áreas [como deve ser engendrado o planejamento urbano] e representantes de diversos segmentos do bairro [quarteirões e subbairros, como é o caso de Pirajá, que possui distinção interna clara] é imperativa. Os planos de bairros, que já fazem parte de proposta de planejamento, entretanto sem efetivação, seriam o produto final dos trabalhos dos Comitês de Bairros, fazendo da participação mais que um direito do cidadão, mas um dever. O planejamento participativo – assim sendo efetivado – dará voz aos principais agentes do espaço urbano [aqui tratamos principalmente do urbano socialmente periférico, pelas necessidades de intervenções apresentadas]: os sujeitos espaciais.

## Bibliografia

CARLOS, A. F. A. A natureza do espaço fragmentado. In: In: SANTOS, M. *et. al.* (orgs.). **Fim de século e globalização**. São Paulo: Hucitec-ANPUR, 1993, p. 191-197.

CASTELLS, M. **A questão urbana**. 2. Ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2000.

CHINELLI, F. Os loteamentos de periferia. In: VALLADARES, L. P. (org.). **Habitação em questão**. 2. ed. Rio de Janeiro: ZAHAR, 1981.

CRAMPTON, J. W.; KRYGIER, J. Uma introdução à cartografia crítica. In: ACSELRAD, H. (org.). **Cartografias sociais e território**. Rio de Janeiro: IPPUR/UFRJ, 2008, p. 85-111.

GORDILHO-SOUZA, A. **Limites do habitar**: segregação e exclusão na configuração urbana contemporânea de Salvador e perspectivas no final do século XX. 2. Ed. Salvador: EDUFBA, 2008.

JOLIVEAU, T. O lugar dos mapas nas abordagens participativas. In: ACSELRAD, H. (org.). **Cartografias sociais e território**. Rio de Janeiro: IPPUR/UFRJ, 2008, p. 45-69.

LACOSTE, Y. Objetos Geográficos. **Seleção de Textos**. N. 18. São Paulo, 1988.

REBOUÇAS, F. **Processo de segregação sócio-espacial em Salvador**: o caso da localidade de Pirajá. 2008. 104 f. Monografia (Bacharelado em Geografia) – Universidade Católica do Salvador, Salvador.

SALVADOR. Prefeitura Municipal de Salvador. Lei nº 7.400/2008. **Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano do Município do Salvador**. Salvador, 2008a.

\_\_\_\_\_; Secretaria da Habitação (SEHAB). **Plano Municipal de Habitação de Salvador**. Salvador, 2008b.

SOUZA, M. L. **Mudar a cidade**. Uma introdução crítica ao planejamento e à gestão urbanos. 5. Ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2008.